

PROCESSO Nº: 132 / 2019

Projeto de Lei: 132 / 2019

Data de entrada: 29 de Maio de 2019

Autor: Chagas Catarino

Protocolo: 1877 / 2019

Objeto: "Inserir nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, conteúdos sobre a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências."

Despacho Inicial:

_____ **NORMA JURIDICA** _____

5

5



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Chagas Catarino

PROJETO DE LEI Nº 132 /2019

INSERE NOS PLANOS DE ESTUDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE NATAL, CONTEÚDOS SOBRE A LEI FEDERAL Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA).

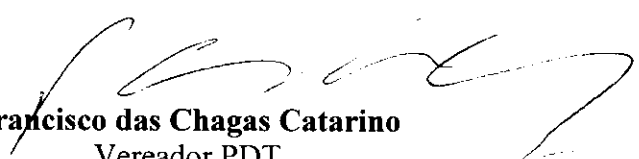
FAÇO SABER que a **Câmara Municipal do Natal** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Farão parte dos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, conteúdos sobre a Lei federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

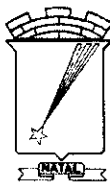
Art. 2º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, incluindo o conteúdo num componente curricular ou abordá-lo como tema transversal, em forma de projetos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal do Natal, Palácio Padre Miguelinho, em Natal, 17 de maio de 2019.


Francisco das Chagas Catarino
Vereador PDT





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL NATAL
Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Chagas Catarino

JUSTIFICATIVA

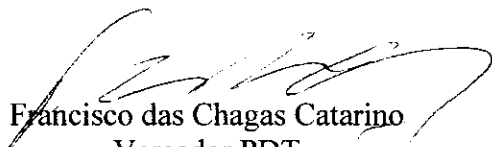
Este Projeto de Lei tem como objetivo inserir no plano de estudos do Ensino Fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, o conteúdo relativo à Lei nº 11340/2006, (Lei Maria da Penha), como mais um instrumento de informação na prevenção à violência contra a mulher, possibilitando às crianças, adolescentes e jovens, a reflexão sobre o respeito às mulheres, sobre a cultura da paz, do entendimento e da não-violência, sobre os direitos de cada um e as formas de sanção a quem pratica violência contra a mulher, a fim de buscar a plena cidadania.

Esta Lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, alterando o Código Penal e Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica.

Homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, duas vezes vítima de tentativa de assassinato pelo marido e que ganhou notoriedade ao apresentar o seu caso à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), a Lei Maria da Penha é considerada um avanço, pois reconhece como crime a violência intra familiar e doméstica, tipifica as situações de violência determinando a aplicação de pena de prisão ao agressor e garante o encaminhamento da vítima e seus dependentes a serviços de proteção e assistência social.

Recentemente, o STF avançou no aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha, garantindo a apuração da violência somente com registro de boletim de ocorrência e sem a necessidade de a própria vítima fazer a denúncia.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado.


Francisco das Chagas Catarino
Vereador PDT

25

C

C

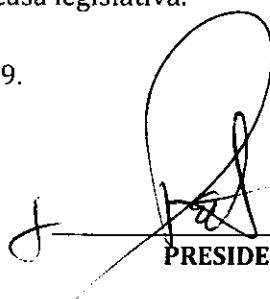


PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição (PL 132/19) na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 (quinze) dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do art. 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 29 de maio de 2019.

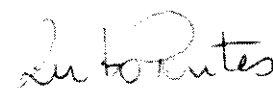


PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, s.m.j, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de: Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização; e Comissão de Educação, Cultura, Desportos, Ciência, Tecnologia e Inovação. O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 29 de maio de 2019.



RENATO BRITO PONTES
Chefe da Procuradoria Legislativa
Mat. 540339-1 - OAB/RN 15.629

DESPACHO

Acolho o parecer da Procuradoria Legislativa. Encaminhe-se ao Setor de Apoio às Comissões para providências.

Natal/RN, ____/____/____

Presidente da CLJRF

11.11.11

11.11.11

11.11.11

11.11.11



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

PROJETO DE LEI	132/2019
AUTOR(A)	Ver. Chagas Catarino
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição semelhante a esta em tramitação nesta Casa Legislativa.

Natal, 30 de Maio de 2019.

Giulia Blatiz
Estagiária do Legislativo

1

2

...
e REDUÇÃO FISCAL
designa o Vereador Luiz Almir
...
data atual pareça no prazo regimentar de 10 (dez) dias
em 03/10/2019

Ver. Ney Lopes Junior
Presidente

Ver. Ney Lopes Junior
Presidente

⌋

⌋

P A R E C E R

Projeto de Lei nº 00132/2019

EMENTA: PROJETO DE LEI. INSERE NOS PLANOS DE ESTUDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE NATAL CONTEÚDOS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA.

- 1. Trata-se de projeto de lei de autoria do Vereador Francisco das Chagas Catarino, que insere, nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, conteúdos sobre a Lei Maria da Penha.*
- 2. Nesse diapasão, é necessário o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*
- 3. In casu, ao realizar a análise dos autos, verifico que o projeto de lei em comento está dentro da legalidade exigida, fazendo com que não existam óbices ao seu regular trâmite nesta casa legislativa.*
- 4. Parecer favorável.*

Em apertada síntese, trata-se de projeto de lei de autoria do Vereador Francisco das Chagas Catarino, que insere, nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, conteúdos sobre a Lei Maria da Penha.

Dessa maneira, o Poder Executivo poderá regulamentar o Projeto de Lei tanto dentro da matriz curricular quanto de maneira transversal, em projetos extracurriculares.

Em sua justificativa, o autor cita o referido projeto como um instrumento de informação na prevenção à violência contra a mulher, por meio do qual as crianças e os adolescentes podem refletir, desde cedo, sobre o respeito às mulheres, a cultura da não violência, os direitos de cada ser humano e as formas de sanção para aqueles que praticam a violência contra a mulher.

‘

‘

Assim sendo, por zelo e respeito ao devido processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – nos termos do art. 53 do Regimento Interno desta Casa –, à qual cabe analisar o projeto quanto à constitucionalidade e conformidade com os princípios do nosso ordenamento jurídico.

In casu, ao realizar a análise dos autos, verifico que o projeto de lei em análise atende aos requisitos legais exigidos, fazendo com que não existam óbices ao seu regular trâmite nesta casa legislativa.

A Constituição da República estabelece a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislar sobre educação. Vejamos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Ademais, é de competência dos Municípios, de acordo com o art. 30, I da nossa Carta Maior, legislar sobre assuntos de interesse local. Ora, só no Poder Judiciário do município de Natal tramitam mais de 3.000 processos envolvendo violência contra a mulher. Analisando o cenário nordestino, Natal é uma das piores capitais no que diz respeito à violência contra a mulher.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Educação do Município de Natal prevê a promoção do respeito e dos direitos humanos como um de seus princípios básicos (art. 2º, X, da Lei 6.603/2016), no qual se insere, portanto, o combate à violência contra a mulher, pauta necessitada de iniciativas que perpassem o seio educacional e cultural – como é o caso do

‘

‘

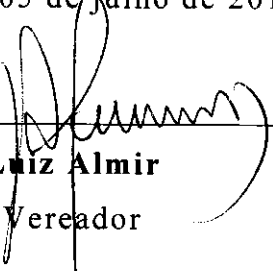
Projeto de Lei em análise, para o qual também não se encontra óbice na Lei Orgânica do Município de Natal.

Nesse pórtico, a aprovação do presente projeto, de um lado não viola aspectos constitucionais e legais, e de outro, ocasionará uma melhoria na rede pública municipal de ensino, no que tange à promoção dos direitos humanos e da igualdade.

Assim sendo, tenho que o projeto em análise é importante para o município, tendo em vista os fundamentos já colacionados.

Diante do exposto, ofereço **PARECER FAVORÁVEL** ao presente projeto de lei.

Natal/RN, 05 de julho de 2019.



Luiz Almir
Vereador

C

C



Câmara Municipal de Natal
A casa do povo. A sua casa.

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) LUÍZ ALMIR para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.
Natal, RN 3/6/19.


Ver. Ney Lopes Júnior
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

☒ PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() PROCESSO () EMENDA

Nº 132/2019.


Autor: Vereador(a) Chagas Catarino.

Chefe do Executivo _____


Relator: Vereador(a) Luiz Almir

VOTO DO RELATOR: Favorável ao projeto

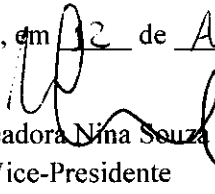
Sala das Comissões, em 12 de Agosto de 2019.


Vereador Ney Lopes Júnior
Presidente

(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

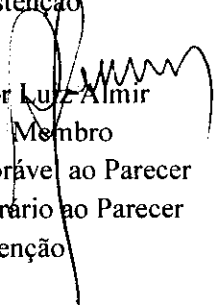
() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
(☒) Abstenção X


Vereadora Nina Souza
Vice-Presidente

() Favorável ao Parecer
(☒) Contrário ao Parecer
(☒) Abstenção


Vereador Kleber Fernandes
Membro

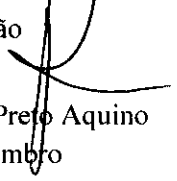
(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Luiz Almir
Membro

(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereadora Ana Paula
Membro

() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
(☒) Abstenção


Vereador Preto Aquino
Membro

(☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

2

3

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

Designo o Vereador Luiz Aguiar

para emitir parecer no prazo regimental de 15(quinze) dias.

Em, 18/05/19


Ver. Valdir Torres
Presidente

✓

✓

PARECER

Projeto de Lei
Número 132/19
Folha 118

Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização

Projeto de Lei nº 132/2019

Interessado: **Vereador Chagas Catarino**


Trata-se de análise ao **Projeto de Lei nº 132/2019** de autoria do Vereador Chagas Catarino, que *"Insere nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, conteúdos sobre a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e dá outras providências"*.

É o breve relatório.

Certificamos que a presente fundamentação está alicerçada nas competências desta Comissão, no que explicita o Regimento Interno desta Casa Legislativa, em seu Art. 64. Que diz *"A comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem as seguintes atribuições e áreas de atividades: I – aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto a compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto a sua adequação a eles; (...)"*

A matéria em tela não trará aumento nas despesas da municipalidade, assim como não descumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, logo não apresenta vícios legais, permitindo assim seu trâmite legal. Ante o exposto opino **favoravelmente** a matéria.

Natal, 28 de Agosto de 2019.


PRETO AQUINO
Vereador - Patriota

2

2

1

1

5

6

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Designa o Vereador AVOW

para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias..

Em, 23 / 09 / 19



Ver. Sueldo Medeiros
Presidente

1

2



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

Projeto de Lei Nº132/19

Autor(a): Ver. Chagas Catarino

DESPACHO

Remetam-se os autos ao gabinete do vereador relator, para emissão do parecer de estilo, no prazo previsto no art. 52, II do Regimento Interno.

Natal, 25 de Setembro de 2019.

ANA MARIA LIMA B. FALCÃO
Setor de Assistência às Comissões Técnicas
Mat. 1205/3

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS

Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação

Objeto: Projeto de Lei nº 00132/2019

Interessado: Vereador Chagas Catarino

Assunto: Insere nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do Município de Natal, conteúdos sobre a Lei Federal n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e dá outras providências.

1. RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 00132/19, de autoria do Vereador Chagas Catarino e que após sua regular tramitação foi remetido a esta Comissão em atendimento às normas regimentais que disciplinam o processo legislativo, estando sob a responsabilidade deste Relator, para que seja emitido parecer técnico sobre a matéria.

Compulsando o presente caderno processual, observamos que seus principais documentos consistem em:

- Texto do Projeto de Lei, acompanhado da respectiva justificativa (fls. 01-02);
- Parecer da Procuradoria Legislativa (fl. 03);
- Certidão do Setor Legislativo (fl. 04);
- Parecer Favorável o projeto, aprovado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (fls. 06-09);
- Parecer favorável ao projeto, aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização (fls. 11-12);

É o que importa relatar.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, é de bom alvitre esclarecer que a presente análise se atém exclusivamente aos limites da área de atividade desta Comissão, em atendimento às normas aplicáveis à espécie. Nesse sentido, o relatório aqui apresentado pauta-se nos parâmetros assentados no art. 69-A, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal (RICMN), adiante reproduzidos:

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS

**Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e
Inovação**

Art. 69-A - A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação tem as seguintes áreas de atividade:

I – opinar sobre todas as proposições e matérias relativas à educação, ensino e programas de merenda escolar;

Em síntese, o Projeto de Lei inserir nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município de Natal, o conteúdo relativo a Lei Maria da Penha, como instrumento de informação na prevenção à violência contra a mulher.

Entrando na análise da temática que compete a esta Comissão, qual seja a Educação, passamos a adentrar mais intrinsecamente na matéria proposta.

Plano de estudo é o programa curricular que se aplica a determinadas unidades curriculares ou disciplinas no seio de uma escola ou de um estabelecimento de ensino.

O plano de estudo deve oferecer diretrizes na educação, sendo de competência dos docentes instruir/ensinar os estudantes quanto aos temas mencionados no plano, ao passo que os alunos se comprometem a aprender os referidos conteúdos se pretenderam concluir os seus estudos e, inclusive, um curso académico.

Partindo dessa premissa, temos no plano municipal de Educação do Município de Natal, um dos seus princípios norteadores, o respeito aos direitos humanos, conforme se observa da leitura do seu Art. 2, X, que assim dispõe:

Art. 2º São princípios básicos do Plano Municipal de Educação:

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (*grifos nossos*).

Dessa forma, observa-se que o legislador, no presente caso, está apenas tentando criar um mecanismo de informação para os alunos do ensino fundamental do município de Natal, e não inserindo na grade curricular o tema da Lei Maria da Penha, por esse motivo esta relatoria entende que o projeto é sim de relevância haja vista o crescente número de casos de violência doméstica contra a mulher não só no município de Natal, como em todo o nosso país.

Impende também destacar que o projeto de Lei em tela, está em consonância com uma das metas previstas no Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 (Lei 13.005/2014), que

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
GABINETE DO VEREADOR SUELDO MEDEIROS

Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Inovação

é a: X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Portanto, a proposta em tela está em total consonância com os ditames constitucionais e demais legislações acerca da temática Educação, inclusive com a Lei 13.005/2014 e ainda pela relevância da matéria que tem o intuito de promover a informação aos alunos do ensino fundamental sobre um tema tão importante, a matéria merece ser aprovada.

3. VOTO DO RELATOR:

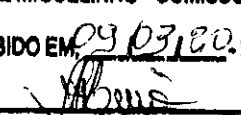
Ante o exposto, não se vislumbram ilegitimidades no campo temático propositivo, motivo pelo qual se opina pela **APROVAÇÃO TOTAL** da matéria, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, devendo a proposição seguir a sua regular tramitação.

Natal/RN, 27 de fevereiro de 2020.



SUELDO MEDEIROS

Vereador-Relator

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
OFÍCIO PADRE MIGUELINHO - COMISSÕES TÉCNICAS
RECEBER RECEBIDO EM 09/03/20 HORAS: 11:53

COMISSÃO TÉCNICA
RES. _____ PELA ENTREGA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - Projeto de Lei

Número: 132/19

Folha: 184

DESPACHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) AVUGO para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição legislativa.

Natal, RN 23/09/2019.

Ver. Sueldo Medeiros
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº 132/19.

Autor: Vereador(a) CHAGAS CATARINO.

Relator: Vereador(a) SUELDO MEDEIROS.

VOTO DO RELATOR: APROVADO

Sala das Comissões, em 09 de MARÇO de 2020.

Vereador Sueldo Medeiros

Presidente

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Ver. Bispo Francisco de Assis

Vice-Presidente

- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Nina Souza

Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Robson Carvalho

Membro

-
- (x) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Érico Jácome

Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

Projeto de Lei Nº 132/19

Autor: Ver(a). Chagas Catarino

DESPACHO

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu fim de Trâmite, estando apto ao Plenário.

Natal, 12 de novembro de 2020.



Dival da Silveira

Chefe do setor de apoio as comissões técnicas
Mat. 5409950

‘

‘